



1. Introdução

Com a comemoração do Tricentenário de Imortalidade de Zumbi dos Palmares, em 1995 destacou-se um vigoroso ingresso da temática racial no espaço público brasileiro. Nunca se discutiu tanto a questão racial, dia a dia, a mídia divulgou pesquisas, denúncias, reportagens e eventos, atestando o poder transformador da militância anti-racista. A despeito do isolamento político a que historicamente foi submetida, a luta anti-racista se mostrou capaz de forçar o reconhecimento público da raça como elemento diferencial de direitos à cidadania.

Na base da sociedade cresce a indignação e as reivindicações da população negra frente às iniquidades raciais, ao mesmo tempo em que intensificam-se os esforços de organização e ação política.

Como decorrência da intervenção do movimento negro acenou-se com a incorporação de algumas reivindicações históricas. Observa-se desde meados da década de oitenta, conquistas importantes no plano jurídico-institucional que atendem, ainda que parcialmente antigas reivindicações do povo negro. Porém, não se discutiu o papel do Estado na garantia de direitos fundamentais do cidadão e na promoção da igualdade.

Ao longo da história brasileira o povo negro em demonstrado um vigor e uma capacidade heróica para desafiar e derrotar as políticas de extermínio implementadas pelas elites brancas. Foram utilizados inúmeros instrumentos e formas de lutas e hoje, como continuidade da tradição de rebeldia e insubmissão iniciadas nos quilombos, o povo negro volta a emergir como sujeito político, rompendo o véu e destruindo a invisibilidade que tentaram inutilmente lhe impor.

Nos últimos anos, a luta anti-racista experimentou um crescimento sem precedente, tanto em função do fortalecimento das organizações autônomas, quanto pela multiplicação de entidades em todo o país, ou pelas novas formas de articulação e de expressão da militância em vários espaços, como por exemplo: locais de trabalho, organizações rurais, sindicatos, movimentos populares, partidos políticos, universidades, parlamento, entidades religiosas, mulheres negras, órgãos governamentais etc.

Há que se ressaltar a emergência do Movimento de Mulheres Negras com fisionomia própria e caráter nacional. Em 1995, as mulheres negras intervêm nos fóruns nacionais e internacionais preparativos para a Conferência sobre a Mulher - Beijing'95. Garantem a inclusão da questão racial na pauta da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras e por consequência propiciam o debate na elaboração da Plataforma de Ação na Conferência Mundial. Propõem o pleno reconhecimento de que os países da América Latina e do Caribe são constituídos por populações multirraciais e multiculturais, e o reconhecimento de que o racismo é uma das causas fundamentais que impede o desenvolvimento sustentável da população negra. A garantia do direito à identidade diferenciada é um dos princípios do Movimento de Mulheres Negras, que propõe a integração de todas as mulheres, homens, negros e brancos na luta contra o racismo e machismo. As mulheres negras querem ter assegurada a participação nos centros de poder. Um dos objetivos do movimento é conseguir que os governos se comprometam a implementar políticas de desenvolvimento para saldar a dívida histórica contraída com as populações negras, tendo as mulheres como beneficiárias prioritárias.

Neste contexto, a militância e organizações negras têm diante de si o desafio de viabilizar uma ação conjunta que resgate a atualidade da luta de Zumbi dos Palmares, de modo a canalizar a luta, encaminhar bandeiras concretas para o enfrentamento da exclusão e



Partido dos Trabalhadores

das desigualdades raciais e explorar as possibilidades de unificação progressista da ação anti-racista, priorizando os anseios e os interesses maiores de mulheres e homens, através da formação de um amplo arco de forças e alianças capazes de pautar a questão racial enquanto uma prioridade de âmbito nacional.

Os crescentes pronunciamentos de dirigentes políticos, revelam a reingenharia do “mito da democracia racial”: a negação frontal do racismo é paulatinamente substituída por solenes declarações que reconhecem o problema mas não indagam o papel dos indivíduos, das instituições e do Estado na sua superação. A naturalização das desigualdades raciais é agora substituída pela naturalização do racismo, através de uma lógica esdrúxula que isenta a sociedade de responsabilidade e termina por culpabilizar o próprio negro pelos privilégios raciais, materiais e simbólicos da elite branca e masculina. Tudo se passa como se à sociedade restasse tão somente conformar-se com as estatísticas e, ao povo negro, resignar-se frente à violência do cotidiano.

Houve por parte de setores do Estado tentativas de congelar o significado da vida e assassinato de Zumbi dos Palmares a um passado remoto, buscando capitular a indignação do povo negro, esvaziar o debate sobre as desigualdades raciais do presente e debilitar o esforço de organização autônoma da população negra.

No entanto, o Estado brasileiro, através de seus órgãos de governo, foi forçado a reconhecer o racismo e Zumbi como um dos maiores heróis nacionais (o que podemos constatar nos pronunciamentos de FHC), realizou celebrações e festividades que culminaram com a celebração oficial na Serra da Barriga, no dia 20 de novembro de 1995.

O Tricentenário de Zumbi é imperativo histórico que exige das entidades dos trabalhadores e do movimento negro um exercício coletivo de descobertas de novas formas de relacionamento com o objetivo comum de consolidar a luta de combate ao racismo como elemento estratégico de transformação da sociedade brasileira. O conjunto de atividades realizadas proporcionaram um debate nacional em grande escala, que estimulou a nossa sociedade a pensar o significado do ser negro ou branco, pobre ou rico, em nosso país.

Todo este esforço resultou num momento de qualidade nas relações raciais brasileiras. Entre inúmeras atividades realizadas em praticamente todos os Estados, pelo movimento negro em conjunto com forças políticas de diversos setores do movimento social brasileiro, destacamos aquelas que, no nosso entendimento tiveram maior relevância:

Jornada Zumbi pela vida

Uma caminhada de mais de dez dias, promovida pela CUT. Mais de 200 quilômetros foram percorridos de São Paulo (capital) até Aparecida do Norte. Além do ineditismo e dos objetivos de destacar as injustiças sociais, as práticas racistas e o trabalho escravo foi um passo para o que o Vicentinho - Presidente da Cut Nacional, denomina de construção de um movimento sindical cidadão.

Luta dos Remanescentes de Quilombos

Distribuídos pelas diversas regiões do país, a luta dos remanescentes de quilombos pelo direito ao livre acesso e à propriedade de suas terras, ganha nesse ano repercussão nacional. Destacamos o I Encontro de Comunidades Negras Rurais, no período de 17 a 20 de novembro em Brasília e outras iniciativas como o Encontro de Comunidades Negras Rurais realizado no Maranhão.



Partido dos Trabalhadores

Congresso Continental dos Povos Negros das Américas

Realizado em São Paulo, de 21 a 25 de novembro, com representantes de 17 países das Américas e Caribe. Acontece num momento em que a implementação de políticas neoliberais em várias partes do mundo tem como consequência a ampliação do racismo, da exclusão e marginalização das populações negras. Gestou propostas, articulações e estratégias em condição de fazer frente a este difícil momento. Destacou, também, a globalização do ódio e da intolerância racial.

Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e pela Vida

Reuniu em 20 de novembro, cerca de 30 mil pessoas de todo o país. Foi uma das maiores manifestações contra o racismo e por melhores condições de vida e trabalho para o povo negro. Seu êxito consolida o movimento negro como um dos mais importantes movimentos sociais da atualidade e em condição de influir na transformação da realidade vivida pelo povo negro e de contribuir para a democratização de nossa sociedade.

A resistência sócio-cultural do negro no passado assume uma dimensão presente e é atualizada num contexto onde políticas de cunho neoliberal, se consolidadas, terão como consequência a reprodução em grau maior da exclusão de uma maioria populacional. Exclusão esta que incorpora novos elementos como as discriminações raciais, sexuais, regionais, que se constituem como fatores determinantes das oportunidades sociais, condições de vida e de trabalho dos que vivem no campo e na cidade.

É em meio essa realidade que surge no PT a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo.

Em nosso partido é consequência da participação, como exemplo, da saudosa companheira Lélia Gonzales na primeira Direção Nacional, no ano de 1980, e dos esforços de muitos de nós, negros e negras, para nos organizarmos e materializarmos em políticas concretas nossas ações.

Essa revista faz parte desse processo organizativo- político, de articulação e expressão da militância negra e anti- racista a nível partidário.

Todos os artigos são escritos por militantes que nas páginas seguintes veiculam sua opiniões, reflexões e contribuições para uma construção teórica que de sustentação e oriente o combate ao racismo.

Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

2. Condições de vida da população negra na atualidade